RGe ISSN: 2177-3246

MICROCUSTEIO DAS AUDITORIAS EM SAÚDE EM ÂMBITO ESTADUAL: ANÁLISE DOS CUSTOS DIRETOS DA AUDITORIA GERAL DO SUS DE MATO GROSSO

MICROCOSTING OF HEALTH AUDITS AT THE STATE LEVEL: ANALYSIS OF THE DIRECT COSTS OF THE GENERAL AUDIT OF THE SUS (BRAZILIAN UNIFIED HEALTH SYSTEM) IN MATO GROSSO

MICROCOSTEO DE AUDITORÍAS DE SALUD A NIVEL ESTATAL: ANÁLISIS DE LOS COSTOS DIRECTOS DE LA AUDITORÍA GENERAL DEL SUS (SISTEMA ÚNICO DE SALUD DE BRASIL) EN MATO GROSSO

10.56238/revgeov17n5-145

Luciane Cegati de Souza
Mestre em Saúde do Idoso
Instituição: Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso (SES/MT) - Auditoria Geral do SUS
E-mail: lucianecegati@hotmail.com

RESUMO
Objetivo: Estimar os custos diretos das auditorias orientativas e preventivas realizadas pela Auditoria Geral do SUS de Mato Grosso (AGSUS/SES/MT) em 2022. Método: Estudo de avaliação econômica parcial, tipo análise de custos, com abordagem de microcusteio top-down. A coleta de dados ocorreu em julho de 2024 e a análise foi retrospectiva, abrangendo o período de março a setembro de 2022, sob a perspectiva do gestor estadual. Foram mensurados custos de recursos humanos (remuneração líquida), transporte e diárias em dezesseis Escritórios Regionais de Saúde de Mato Grosso (ERS/MT). Resultados: O custo direto total estimado foi de R$ 1.013.633,91. Os recursos humanos representaram a maior parcela (95,4%; R$ 967.359,64), seguidos por diárias (3,9%; R$ 39.736,65) e transporte (0,7%; R$ 6.537,62). O custo médio por auditoria variou significativamente entre as regiões, refletindo diferenças na composição das equipes e logística. Conclusão: O estudo evidenciou a predominância dos custos de pessoal no processo de auditoria. Os dados fornecem subsídios para o planejamento orçamental e destacam a necessidade de otimização dos recursos na gestão do SUS em Mato Grosso.

Palavras-chave: Avaliação Econômica em Saúde. Auditoria em Saúde. Custos Diretos. Microcusteio. SUS.

ABSTRACT
Objective: To estimate the direct costs of the guidance and preventive audits carried out by the General Audit Office of the SUS of Mato Grosso (AGSUS/SES/MT) in 2022. Method: Partial economic evaluation study, cost analysis type, with a top-down micro-costing approach. Data collection took place in July 2024 and the analysis was retrospective, covering the period from March to September 2022, from the perspective of the state manager. Costs of human resources (net remuneration), transportation and per diem allowances were measured in sixteen Regional Health Offices of Mato Grosso (ERS/MT). Results: The total estimated direct cost was R$ 1,013,633.91. Human resources represented the largest share (95.4%; R$ 967,359.64), followed by per diem allowances (3.9%; R$ 39,736.65) and transportation (0.7%; R$ 6,537.62). The average cost per audit varied significantly

between regions, reflecting differences in team composition and logistics. Conclusion: The study highlighted the predominance of personnel costs in the audit process. The data provide support for budget planning and highlight the need for resource optimization in the management of the SUS (Brazilian Unified Health System) in Mato Grosso.

Keywords: Health Economic Evaluation. Health Audit. Direct Costs. Microcosting. SUS.

RESUMEN
Objetivo: Estimar los costos directos de las auditorías de orientación y prevención realizadas por la Oficina General de Auditoría del SUS de Mato Grosso (AGSUS/SES/MT) en 2022. Método: Estudio de evaluación económica parcial, tipo análisis de costos, con un enfoque de microcosteo descendente. La recolección de datos se realizó en julio de 2024 y el análisis fue retrospectivo, abarcando el período de marzo a septiembre de 2022, desde la perspectiva del administrador estatal. Se midieron los costos de recursos humanos (remuneración neta), transporte y viáticos en dieciséis Oficinas Regionales de Salud de Mato Grosso (ERS/MT). Resultados: El costo directo total estimado fue de R$ 1.013.633,91. Los recursos humanos representaron la mayor parte (95,4%; R$ 967.359,64), seguidos de las dietas (3,9%; R$ 39.736,65) y el transporte (0,7%; R$ 6.537,62). El costo promedio por auditoría varió significativamente entre regiones, lo que refleja diferencias en la composición de los equipos y la logística. Conclusión: El estudio puso de manifiesto la predominancia de los costos de personal en el proceso de auditoría. Los datos respaldan la planificación presupuestaria y resaltan la necesidad de optimizar los recursos en la gestión del SUS (Sistema Único de Salud de Brasil) en Mato Grosso.

Palabras clave: Evaluación Económica en Salud. Auditoría de Salud. Costos Directos. Microcosteo. SUS.

1 INTRODUÇÃO

Avaliação de Tecnologia de Saúde (ATS) é um processo multidisciplinar que usa métodos explícitos para determinar o valor de uma tecnologia em saúde em diferentes momentos do ciclo de vida de uma tecnologia. Assim como a Auditoria do SUS, tem como objetivo trazer informações na tomada de decisão a fim de promover equidade, eficiência e qualidade para o sistema de saúde[1].

Nas análises econômicas, os custos das intervenções em saúde são classificados em diretos, indiretos e intangíveis. Custos diretos se referem a todos os recursos que são consumidos durante o tratamento ou intervenção[2, 3].

A análise de custos em saúde envolve a identificação, quantificação e valoração de todos os recursos usados nos cuidados de saúde. O custo de uma atividade é o valor monetário de todos os recursos organizacionais consumidos para desempenhá-la[4].

O ponto inicial é a definição da perspectiva utilizada, indicando o contexto em que se dará a tomada de decisão e precisa estar explicitada no estudo, ou seja, é a ótica a partir da qual serão analisados os custos ou a quem a perspectiva se dirige ou interessa, determinando que tipos de custos e efeitos serão analisados e valorados[4, 5]. Neste estudo a perspectiva considerada foi da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso (SES/MT).

A avaliação de custos em uma análise econômica baseia-se em princípios da economia de bem-estar social (*welfare economics*), a qual se preocupa com o impacto de qualquer mudança no bem-estar geral da sociedade[6].

Cabe constar que o preço de mercado ou o valor cobrado por um serviço não necessariamente reflete o custo real da intervenção. É recomendado que análises econômicas utilizem, sempre que possível, a estimativa mais próxima do custo real, com valores expressos em uma moeda estável e em um ano específico[7].

No âmbito dos estudos de ATS relacionando auditoria em saúde, este é pioneiro, pois não foram encontradas publicações que fazem avaliações econômicas dos custos diretos dos processos de trabalho de auditoria em saúde no Sistema Único de Saúde (SUS). Ao ser pensado na perspectiva da SES/MT, este estudo se mostra muito relevante, pois procura suprir parte da carência de estimativas de custos diretos das atividades de auditoria do SUS no âmbito estadual.

Dessa forma, a partir da realização das Auditorias Orientativas e Preventivas nos Escritórios Regionais de Saúde de Mato Grosso (ERS/MT) pela Auditoria Geral do SUS (AGSUS/SES/MT) no ano 2022, foi possível identificar que, as equipes de auditores da AGSUS não desfrutavam de informações sobre os custos diretos dos seus processos de trabalho, uma vez que estudos voltados à análise econômica das auditorias em saúde ainda são escassos. E somente através de um estudo de análise econômica da ATS seria possível levantar os custos diretos referentes à essas auditorias. Além disso, como o período analisado é 2022, vale mencionar brevemente que este era um período de

retomada das atividades presenciais pós COVID-19, o que justifica a importância de monitorizar custos de deslocação e processos *in loco*.

O estudo teve como **objetivo** estimar o custo direto dos processos de trabalho das Auditorias Orientativas e Preventivas realizadas pela AGSUS/SES/MT nos ERS de MT.

Assim sendo, fez-se o seguinte questionamento: Qual é o custo direto do processo de auditoria na SES/MT?

2 MÉTODO

2.1 DELINEAMENTO DO ESTUDO

Trata-se de um estudo de avaliação econômica parcial de análise de custos diretos não médicos, retrospectivo, de horizonte temporal ocorrido entre março e setembro de 2022, período no qual foram realizadas as auditorias nos ERS/MT pelas equipes da AGSUS/SES/MT.

Como metodologia de análise de custo, foi utilizado o método de microcusteio (*microcosting*), com identificação dos componentes e itens de custos oriundos do processo de trabalho das auditorias realizadas nos ERS/MT. A técnica para identificação dos itens de custo e precificação foi de "cima para cima" (*top-down*), sendo atribuído o custo unitário de cada componente e item.

A mensuração e valoração dos componentes e itens de custo foi feita ao longo do período de realização de todas auditorias nos ERS/MT em 2022, sendo os custos avaliados individualmente e calculados através da soma, subtração, multiplicação e divisão dos valores conforme quantidade de recursos de cada componente[8].

A perspectiva do estudo é em relação ao setor público estadual, no caso a SES/MT, que é o órgão provedor de recursos e fonte pagadora para a realização e manutenção dessas auditorias da AGSUS.

A moeda utilizada para os cálculos foi a moeda vigente no país na época da realização das auditorias, o Real (R$). Foram apresentados os valores nominais em R$ (sem aplicação da correção monetária) de cada componente do custeio direto dos processos de trabalho de auditoria.

Os dados foram obtidos em julho de 2024 por meio de armazenamento removível de dados, fornecidos pela AGSUS/SES/MT. As fontes desses dados foram os Relatórios de Auditoria da AGSUS; Relatório de liberação de veículo para viagem do motorista e comprovantes de abastecimento do cartão Gestão de Frota – PRIME; Ordens de Serviço de Diárias (OS) do Sistema de Gestão de Viagens (GV) da SES/MT; Plano de Trabalho Anual (PTA) - 2022 da AGSUS[9] . Dados de logística via sistemas internos como Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças (FIPLAN)[9] e Sistema Estadual de Produção e Gestão de Documentos Digitais de Mato Grosso (SIGADOC)[10]. Os dados de remuneração foram obtidos via Portal da Transparência do Estado de MT[11] e Portal da SES/MT[12].

2.2 CENÁRIOS DO ESTUDO

O estudo foi realizado em MT. De acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística[13], em 2022 o Estado possuía a população de 3.653.401 (Três milhões, seiscentos e cinquenta e três mil e quatrocentos e um) habitantes em 142 (Cento e quarenta e dois) municípios. Os trabalhos realizados pela AGSUS/SES/MT tiveram como objetivo a melhoria dos serviços de saúde oferecidos através do SUS para esta população.

Os Cenários do estudo foram os 16 (dezesseis) ERS/MT. Conforme Resolução da Comissão Intergestores Bipartites (CIB/MT) nº 065, de 03/04/2012[14], que trata da organização e implantação dos ERS/MT, foram instituídos 16 (dezesseis) Regiões de Saúde no Estado de Mato Grosso que representam os espaços territoriais delimitados para a organização administrativa-sanitária e pactuação das ações e serviços públicos de saúde.

Os participantes indiretos foram as equipes de auditores da AGSUS que executaram o trabalho.

2.3 IDENTIFICAÇÃO DOS COMPONENTES E ITENS DE CUSTOS DIRETOS

Para a identificação dos componentes e itens de custos diretos da AGSUS nessas auditorias, inicialmente foram feitas pesquisas para busca de artigos, através da plataforma Google Acadêmico, que demonstrassem estudos de avaliação econômica e análises de custos voltadas para a gestão dos serviços e auditoria em saúde, pois os estudos buscados nas bases de dados de citações e resumos de artigos científicos, como *Pubmed e Lilacs*, filtraram artigos voltados somente para avaliação econômica de auditorias relacionadas à doenças, medicações e procedimentos médicos. Foram encontrados os artigos de Santos et al[15]; Silva, Silva e Pereira [5] e o trabalho de conclusão de curso de Aziz[16], que após análises aos relatórios de auditoria, legislações, manuais e fluxos de trabalho do SNA e da AGSUS, embasaram as identificações dos componentes e itens de custos deste estudo: recursos humanos, transporte e diárias em todas as fases das auditorias, conforme demonstrados no Quadro 1.

Quadro 1: Componentes e itens de custo de auditoria considerados segundo fase da auditoria, 2022.

Fases Auditoria	Componentes de custo	Itens de custo	Fonte de Dados
Auditoria Analítica	Recursos Humanos	Remuneração dos servidores das equipes da AGSUS (auditores e motorista)	https://www.transparencia.mt.gov.br
Auditoria Operativa ou *in loco*	Transporte	Locação veículos, manutenção e revisão de veículos utilizados pelos auditores;	Contrato Locação e manutenção dos veículos; https://www.saude.mt.gov.br/;
		Litros de combustível abastecidos; km rodado; Valor pago pelos abastecimentos;	Relatório de liberação de veículo para viagem do motorista; Comprovantes abastecimento cartão Gestão de Frota - PRIME;
	Recursos Humanos	Remuneração dos servidores das equipes da AGSUS (auditores e motorista)	https://www.transparencia.mt.gov.br
	Despesas com viagens	Pagamento de diárias dos auditores e motorista.	Ordem de Serviço de Diárias (OS) do Sistema de Gestão de Viagens (GV) da SES/MT;
Relatório Final e Plano de Ação	Recursos Humanos	Remuneração dos servidores das equipes da AGSUS (auditores e motorista)	https://www.transparencia.mt.gov.br

Fonte: Elaboração própria com base em dados da AGSUS/SES/MT (2024) e Portal da Transparência de MT.

2.4 ASPECTOS ÉTICOS

Não foi necessário obter aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas (CEP) devido a presente pesquisa não ter sido realizada com seres humanos e tratar de dados públicos.

3 RESULTADOS

3.1 CUSTOS DIRETOS DAS AUDITORIAS

O custo direto das auditorias realizadas pela AGSUS/SES/MT nos ERS/MT foi estimado em R$ 1.013.633,91.

A Tabela 1 apresenta os valores consolidados dos componentes de custos recursos humanos, transporte e diárias. O custo total variou entre R$ 23.157,31 (Vinte e três mil cento e cinquenta e sete reais e trinta e um centavos) a R$ 139.473,53 (Cento e trinta e nove mil quatrocentos e setenta e três reais e cinquenta e três centavos) por ERS.

Entre os ERS, verificou-se que o de Rondonópolis apresentou maior custo total, possivelmente devido a remuneração dos servidores e a quantidade de dias para finalização da auditoria, que dentre as outras foi a que levou maior tempo para finalização (entre 09/05 e 29/09/22) (Tabela 1).

Tabela 1. Custo de auditoria segundo Escritório Regional de Saúde e componentes de custo, SES/MT, 2022.

Nº	ERS/MT	RECURSOS HUMANOS (R$)	TRANSPORTE (R$)	DIÁRIAS (R$)	TOTAL (R$)
1	Água Boa	104.535,70	1.195,44	2.625,00	108.356,14
2	Alta Floresta	73.913,89	1.268,22	2.625,00	77.807,11
3	Colíder	44.140,28	2.009,83	1.125,00	47.275,11
4	Sinop	44.140,28	2.009,83	1.125,00	47.275,11
5	Diamantino	99.212,33	424,75	2.500,00	102.137,08
6	Baixada Cuiabana	86.051,27	0,00	0,00	86.051,27
7	Barra do Garças	70.500,28	840,68	2.625,00	73.965,96
8	Tangará da Serra	64.308,06	390,90	2.625,00	67.323,96
9	Rondonópolis	136.495,15	353,38	2.625,00	139.473,53
10	Peixoto de Azevedo	70.071,56	1.028,12	2.625,00	73.724,68
11	Pontes Lacerda	21.096,90	372,91	1.687,50	23.157,31
12	Cáceres	21.096,90	372,91	1.687,50	23.157,31
13	Porto Alegre do Norte	34.028,64	985,41	2.437,50	37.451,55
14	São Félix do Araguaia	34.028,64	985,41	2.437,50	37.451,55
15	Juara	31.869,88	580,74	2.062,50	34.513,12
16	Juína	31.869,88	580,74	2.062,50	34.513,12
	TOTAL R$	**967.359,64**	**13.399,27**	**32.875,00**	**1.013.633,91**

Fonte: Elaboração própria com base em dados da AGSUS/SES/MT (2024) e Portal da Transparência de MT.

Para se obter o custo total dessas auditorias foi feita valoração por componente de custo conforme detalhado a seguir.

3.2 CRITÉRIOS DE VALORAÇÃO

3.2.1 Valoração do componente de custo Recursos Humanos

Os custos com recursos humanos foram calculados considerando as funções: auditores e motoristas. Em ambos os casos a base de cálculo foi a remuneração mensal *pós deduções* (remuneração líquida) com apresentação da carga horária dedicada as atividades de auditoria. Para os auditores foi considerado a visita técnica, a visita *in loco* e o período de desenvolvimento do relatório. Já para os motoristas, apenas a fase de visita *in loco* foi considerada, devido ser a única fase com a participação deste profissional.

Ressalta-se que, foi priorizada a utilização do valor *pós deduções* nas remunerações, por ser considerado um dado mais confiável para calcular quanto o servidor efetivamente recebe por hora de trabalho. No Portal da Transparência também são disponibilizados os valores brutos e as deduções referentes a tributos incidentes sobre a folha de pagamento, como os impostos e contribuições pagos/retidos do servidor.

Os servidores do apoio administrativo e o auditor geral, responsável pelo setor, foram responsáveis pela organização de toda logística dessas auditorias, contribuindo para que o trabalho fosse realizado conforme planejado. Entretanto, para análise e interpretação do componente recursos humanos foram computados os servidores que atuaram diretamente no cumprimento da realização das auditorias orientativas e preventivas nos ERS/MT nas fases de auditoria (auditores e motorista),

visando atendimento ao objetivo proposto. Todos os servidores que fizeram parte das equipes de auditoria possuíam vínculo efetivo na SES/MT.

Esses dados foram coletados através dos relatórios de auditoria e do site https://www.transparencia.mt.gov.br. Por ERS foram apresentadas a remuneração mensal *pós deduções* dos servidores que fizeram parte das equipes de auditores, valor diário referente a remuneração, quantidade de dias *in loco*, quantidade de dias para realização do Relatório Final, quantidade total de dias para realização das auditorias e valor total por ERS referente ao componente Recursos Humanos (Tabela 2).

Tabela 2. Valoração do componente Recursos Humanos dos servidores segundo Escritório Regional de Saúde, 2022.

Nº	ERS/MT	REMUN MENSAL PÓS DEDUÇÕES (R$)	VR DIÁRIO REMUN (R$)	QTDE DIAS AUD IN LOCO	QTDE DIAS REL FINAL AUD	QTDE DIAS AUD	VR TOTAL ERS (R$)
1	Água Boa	35.875,94	1.195,87	4	103	107	104.535,70
2	Alta Floresta	35.875,94	1.195,87	4	110	114	73.913,89
3	Colíder	71.751,88	2.391,74	2,5	39,5	42	44.140,28
4	Sinop	107.627,82	3.587,61	2,5	39,5	42	44.140,28
5	Diamantino	251.131,58	8.371,09	3	98	101	99.212,33
6	Baixada Cuiabana	34.286,95	1.142,91	4	89	93	86.051,27
7	Barra do Garças	38.350,66	1.278,36	5	61	66	70.500,28
8	Tangará da Serra	26.033,55	867,79	4	95	99	64.308,06
9	Rondonópolis	35.875,94	1.195,87	4	136	140	136.495,15
10	Peixoto de Azevedo	26.033,55	867,79	4	104	108	70.071,56
11	Pontes Lacerda	13.016,79	433,90	2,5	62,5	65	21.096,90
12	Cáceres	13.016,79	433,90	2,5	62,5	65	21.096,90
13	Porto Alegre do Norte	9.270,47	309,02	3,5	60,5	64	34.028,64
14	São Félix do Araguaia	19.175,34	639,18	3,5	60,5	64	34.028,64
15	Juara	19.175,34	639,18	3	57	60	31.869,88
16	Juína	19.175,34	639,18	3	57	60	31.869,88
TOTAL (R$)		**431.306,98**	**14.376,90**	**163**	**2.470**	**2.633**	**967.359,64**

Fonte: Elaboração própria com base em dados da AGSUS/SES/MT (2024) e Portal da Transparência de MT.

3.2.2 Valoração do componente de custo Transporte

Devido a longa distância da capital Cuiabá de algumas regiões de MT, foi priorizado que algumas visitas *in loco* fossem realizadas no mesmo período, sendo considerado como critério a proximidade da localização. Havendo assim, otimização dos custos para SES/MT referentes a remuneração dos auditores, pois o tempo disponibilizado pelas equipes foi reduzido, gerando

economicidade. Nesse critério foram inseridos os ERS de Colíder e Sinop, Pontes Lacerda e Cáceres, Porto Alegre do Norte e São Félix do Araguaia, Juara e Juína.

Para o transporte foram levantadas informações sobre o veículo exclusivo da equipe de auditoria da AGSUS como modelo, marca e ano, assim como o número de quilômetros rodados e litros de combustível abastecido nas atividades de auditorias.

A Tabela 3 expõe a valoração do componente de custos transporte,sendo demonstrados quilometragem total rodada em cada auditoria, a quantidade total de litros de combustível abastecido durante as viagens, valor total pago pelos abastecimentos e valor correspondente a passagem aérea no caso do transporte ter sido por via aérea.

Tabela 3. Valoração do componente de custos transporte segundo Escritório Regional de Saúde, 2022.

Nº	ERS/MT	KM RODADO	LITROS ETANOL ABASTECIDO	VALOR (R$)	PASSAGEM AÉREA (R$)	TOTAL (R$)
1	Água Boa	1585	238,59	1.195,44	0	1.195,44
2	Alta Floresta	1747	244,49	1.268,22	0	1.268,22
3	Colíder	0	0	0	2.009,83	2.009,83
4	Sinop	0	0	0	2.009,83	2.009,83
5	Diamantino	499	82,54	424,75	0	424,75
6	Baixada Cuiabana	0	0	0	0	0
7	Barra do Garças	1091,58	162,92	840,68	0	840,68
8	Tangará da Serra	507,57	75,76	390,9	0	390,9
9	Rondonópolis	458,85	68,49	353,38	0	353,38
10	Peixoto de Azevedo	1470	201,26	1.028,12	0	1.028,12
11	Pontes Lacerda	613	90,5	372,91	0	372,91
12	Cáceres	613	90,5	372,91	0	372,91
13	Porto Alegre do Norte	1291	189,99	985,41	0	985,41
14	São Félix do Araguaia	1291	189,99	985,41	0	985,41
15	Juara	881,5	133,82	580,74	0	580,74
16	Juína	881,5	133,82	580,74	0	580,74
TOTAL		12930	1902,66	9379,62	4019,66	13399,27

Fonte: Elaboração própria com base em dados da AGSUS/SES/MT (2024) e Portal da Transparência de MT.

Para o cálculo do quilômetro (KM) rodado foi subtraída a quilometragem final pela inicial conforme demonstrado nos relatórios de liberação de veículos. A quantidade de litros de etanol e o valor dos abastecimentos, foram somados pelos cupons fiscais dos postos de combustíveis onde foram feitos os abastecimentos durante as viagens, anexados a esses relatórios (Tabela 3).

3.2.3 Valoração do componente de custo Diárias

O valor correspondente a cada diária na época de realização das auditorias era de R$ 250,00. Verifica-se que, nos municípios mais distantes esses foram maiores, devido necessidade de maior tempo de permanência no local.

A Tabela 4 demonstra a quantidade de diárias solicitadas, o valor unitário da diária e o valor total por ERS. Os custos com as diárias totalizaram em R$ 32.875,00 (trinta e dois mil, oitocentos e setenta e cinco reais).

Tabela 4. Valoração do componente de custo diárias das auditorias realizadas nos ERS/MT pelas equipes da AGSUS/SES/MT, no ano de 2022.

Nº	ERS/MT	QTDE DIÁRIAS	VR TOTAL (R$)
1	Água Boa	3,5	2.625,00
2	Alta Floresta	3,5	2.625,00
3	Colíder	2,25	1.125,00
4	Sinop	2,25	1.125,00
5	Diamantino	2,5	2.500,00
6	Baixada Cuiabana	0	0
7	Barra do Garças	3,5	2.625,00
8	Tangará da Serra	3,5	2.625,00
9	Rondonópolis	3,5	2.625,00
10	Peixoto de Azevedo	3,5	2.625,00
11	Pontes Lacerda	2,25	1.687,50
12	Cáceres	2,25	1.687,50
13	Porto Alegre do Norte	3,25	2.437,50
14	São Félix do Araguaia	3,25	2.437,50
15	Juara	2,75	2.062,50
16	Juína	2,75	2.062,50
	TOTAL (R$)	**131,5**	**32.875,00**

Fonte: Elaboração própria com base em dados da AGSUS/SES/MT (2024) e Portal da Transparência de MT.

Para o cálculo deste custo, a quantidade de diárias foi multiplicada pelo valor unitário das diárias por servidor das equipes de auditoria, somado por equipes e totalizado conforme os ERS (Tabela 4).

Tendo em vista que, algumas visitas *in loco* foram realizadas na mesma data devido proximidade das regiões e municípios, como nos ERS de Pontes Lacerda e Cáceres; Porto Alegre do Norte e São Félix do Araguaia; Juara e Juína; a quantidade de diárias paga aos servidores foi dividida por 2 (dois), sendo considerado metade do valor correspondente às diárias para cada visita realizada em conjunto nos ERS. Para o deslocamento da equipe ao ERS da Baixada Cuiabana não houve custos com diárias devido se localizar na capital Cuiabá (Tabela 4).

4 DISCUSSÃO

Os achados deste estudo demonstram uma acentuada concentração dos custos diretos no componente de Recursos Humanos (95,4%). Este perfil de gastos corrobora a literatura sobre microcusteio em atividades de gestão e vigilância no SUS, onde o capital intelectual e o tempo dedicado por profissionais especializados constituem o principal insumo de produção. Diferente de estudos de custos em ambiente hospitalar, onde medicamentos e materiais médicos costumam representar fatias significativas do custo direto, a auditoria em saúde é uma atividade estritamente técnico-dependente. Tal predominância assemelha-se aos resultados encontrados em análises de custos

de serviços de vigilância sanitária e regulação, nos quais a força de trabalho é o elemento central da estrutura de custo[17,18, 19].

A identificação do custo real das auditorias orientativas e preventivas preenche uma lacuna importante na literatura de auditoria do SUS, frequentemente focada apenas no volume de glosas ou conformidade normativa e pouco na eficiência operacional do órgão auditor. Ao evidenciar que o custo de transporte e diárias é relativamente baixo (inferior a 5% do total) frente ao custo de recursos humanos, a gestão da AGSUS/SES/MT dispõe de evidências para otimizar o planejamento das etapas *in loco*. Esses dados sugerem que investimentos em tecnologia de informação e auditoria digital podem ser estratégias custo-efetivas para reduzir o tempo da fase analítica, liberando a força de trabalho para intervenções de maior impacto resolutivo nos trabalhos de auditoria.

Apesar do método de microcusteio apresentar vantagens únicas em comparação com o método de custo bruto, não é muito utilizado na prática em pesquisas de avaliação econômica em saúde. Porém, permite uma estimativa de custos mais detalhada, sendo útil para avaliar o impacto econômico de novas intervenções que ainda não possuam estimativas de custos estabelecidas, sendo também adequado ao propósito de políticas públicas de saúde[20, 21, 22], conforme demonstrado neste estudo.

Outra característica própria demonstrada neste estudo de microcusteio, foram as dificuldades no desenvolvimento referente a viabilidade de realização, como a falta de padronização de métodos para coleta de dados de custos e as especificidades institucionais, dificultando a comparabilidade dos resultados obtidos [20, 22].

As evidências apresentadas neste estudo vão ao encontro da missão da AGSUS: "[...] auxiliar a gestão do SUS na execução das políticas de saúde preconizadas pelo Estado e pelo SUS [...] constituindo-se num instrumento de apoio para tomadas de decisões gerenciais que visem o cumprimento da missão da SES" [23], objetivando assim, a melhoria dos serviços de saúde oferecidos através do SUS para população de MT.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstrou que a avaliação econômica das auditorias em saúde é viável e necessária para aprimorar o planejamento financeiro, otimizar os recursos aplicados, melhorar a eficiência da gestão pública em saúde e o alcançar os resultados dos trabalhos em auditoria do SUS, visando a melhoria dos serviços públicos de saúde aos usuários e usuárias do SUS enquanto função social.

Dessa forma, contribuiu para os trabalhos da AGSUS/SES/MT no sentido de avaliar se os valores orçados para as ações propostas no PTA são compatíveis com as estimativas de custos diretos dos trabalhos de auditoria.

O conhecimento destes custos pela equipe da AGSUS/SES/MT favoreceu tanto o planejamento mais adequado dos trabalhos de auditoria, como a otimização na aplicação dos recursos investidos nos

serviços de saúde, de forma a alcançar os resultados propostos nos planos de ações de cada auditoria realizada. E ao ser pensado na perspectiva da SES/MT, este estudo procurou suprir parte da carência de estimativas de custos diretos das atividades de auditoria no SUS no âmbito estadual.

Do mesmo modo, as discussões referentes às alterações, implementações e/ou elaboração das políticas públicas de saúde, tanto a nível federal como estadual e municipal, só será possível a partir do momento que se souber qual o custo para execução dos serviços e ações, destacando as melhorias necessárias nas políticas que visam a qualidade de atendimento aos usuários e usuárias do SUS.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAL

O acesso ao conjunto de dados poderá ser realizado mediante solicitação ao autor correspondente.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Luciane Cegati de Souza é servidora da SES/MT desde 2005 e atua na AGSUS há cerca de 15 (quinze) anos. Foi responsável pela concepção e delineamento do estudo, organização do banco de dados, análise e interpretação dos resultados, redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito. Aprovou a versão final do manuscrito e é responsável por todos os seus aspectos, incluindo a garantia de sua precisão e integridade.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes metodológicas: revisão sistemática com meta-análise em rede de ensaios clínicos randomizados [recurso eletrônico]. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde, Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2025. 104 p.

2. BRASIL. Ministério da Saúde. Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde (REBRATS). Diretrizes metodológicas. Diretriz de Avaliação Econômica. 2012.

3. BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes Metodológicas: estudos de avaliação econômica de tecnologias em saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009b. 150p.

4. BRASIL. Ministério da Saúde. Diretriz metodológica: estudos de microcusteio aplicados a avaliações econômicas em saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

5. SILVA, E.N; SILVA, M.T.; PEREIRA, M.G. Identificação, mensuração e valoração de custos em saúde. Epidemiol. Serv. Saúde. Brasília, 25 (2): 437-439, abr-jun 2016.

6. MOGYOROSY, Z. et al. The main methodological issues in costing health care services: a literature review. York University of York, Centre for Health Economics, 2005.

7. PIOLA, S. F.; VIANNA, S.M.; MARINHO, A.; CARVALHO, D.; RIBEIRO, J.A.; SILVA, J.R. et al. Estado de uma nação: textos de apoio. Saúde no Brasil: algumas questões sobre o Sistema Único de Saúde (SUS). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2009. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10419/91018 >. Acesso em: 24 nov. 2024.

8. DRUMMOND, M. F. et al. Methods for the economic evaluation of health care programmes. 3 ed. Oxford: Oxford University Press, 2005.

9. MATO GROSSO. Relatório do Plano de Trabalho Anual (PTA) 2022 do Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças. Página inicial. Disponível em: <https://www.fiplan.mt.gov.br:8443/Fiplan.jsp/>. Acesso em: ago-set 2024.

10. MATO GROSSO. **Sistema Estadual de Produção e Gestão de Documentos Digitais** de Mato Grosso. Disponível em: <https://www.sigadoc.mt.gov.br/siga/public/app/login?cont=https%3A%2F%2Fwww.sigadoc.mt.gov.br%2Fsiga%2Fapp%2Fprincipal/>. Acesso em: ago-set 2024.

11. MATO GROSSO. Portal da Transparência de MT. Página inicial. Disponível em: <https://www.transparencia.mt.gov.br/-/5211333-servidores-em-atividade-por-orgao/>. Acesso em: ago-set 2024.

12. MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso (SES/MT). Página inicial. Disponível em: <https://www.saude.mt.gov.br/>. Acesso em: ago-set 2024.

13. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 26 out. 2024.

14. MATO GROSSO. Resolução CIB/MT Nº 065, de 03 de abril de 2012. Dispõe sobre a instituição de 16 (dezesseis) Regiões de Saúde no estado de Mato Grosso. Disponível em:

https://www.saude.mt.gov.br/storage/old/files/065-[1441-131212-SES-MT].pdf. Acesso em: 27 out. 2024.

15. SANTOS, S. M; AMORIM, F; FERREIRA, I.A.; COELHO, G.E.; ITRIA, A.; JUNIOR, J.B.S. et al. Estimativa de custos do Programa Municipal de Controle da Dengue de Goiânia-GO. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, 24(4):661-670, out-dez, 2015.

16. AZIZ, Marina Meneses. Análise de custos das ações judiciais para fornecimento do medicamento Brometo de Tiotrópio na Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina nos anos de 2010 a 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. Programa de Pós-Graduação lato sensu nível de especialização, da Faculdade de Educação em Ciência da Saúde do Hospital Alemão Oswaldo Cruz. São Paulo, 2016.

17. KAPLAN, R.S; PORTER, M.E. How to solve the cost crisis in health care? Harv Bus Rev. Set, 89(9):46-52, 54, 56-61, 2011.

18. BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes Metodológicas: diretriz de avaliação econômica. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 132 p.

19. ETGES, A.P.B.S.; SCHLATTER, R.P.; NEYELOFF, J.L.; ARAÚJO, D.V.; BAHIA, L.R.; CRUZ, L. et al. Estudos de microcusteios aplicados a avaliações econômicas em saúde: uma proposta metodológica para o Brasil. J Bras Econ Saúde, 11(1):87-95, 2019.

20. *BARNETT, P.G. Um conjunto aprimorado de padrões para encontrar custos para análise de custo-efetividade. Med Care. 2009; 47:S82–SS8.*

21. FRICK, K. D. Micro-costing quantity data collection methods. Medical Care, v. 47, n. 7 Suppl 1, p. S76, 2009.

22. JACKSON, T. Cost estimates for hospital inpatient care in Australia: evaluation of alternative sources. Australian and New Zealand Journal of Public Health, v. 24, n. 3, p. 234-241, 2000.

23. MATO GROSSO. Decreto n° 667, de 22 de janeiro de 2024a. Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Saúde – SES. Disponível em: https://legislacao.mt.gov.br/mt/decreto-n-667-2024-mato-grosso-aprova-o-regimento-interno-da-secretaria-de-estado-de-saude-ses?origin=instituicao. Acesso em: 27 out. 2024.